

O SISTEMA ARGENTINO DE CRÉDITOS ACADÊMICOS UNIVERSITÁRIOS (SACAU) E A LÓGICA NEOLIBERAL: UMA ANÁLISE DE UMA REFORMA EDUCACIONAL EM CURSO

Adriana Abril González
Universidade Estadual Paulista, Campus Marília

RESUMO

A presente pesquisa em andamento, tem como objetivo analisar a influência da lógica neoliberal na criação e nos avanços da implementação do Sistema Argentino de Créditos Acadêmicos Universitários (SACAU). A pesquisa parte do pressuposto de que a adoção dessa política não se limita a uma inovação técnica, mas integra uma estratégia de reconfiguração da educação superior a partir dos princípios da Nova Gestão Pública (NGP) e da racionalidade neoliberal. Os procedimentos metodológicos são as pesquisas bibliográfica e documental, com a análise de documentos oficiais do governo argentino, artigos científicos sobre a temática e entrevistas recentes com docentes universitárias. Os resultados preliminares apontam que o SACAU é apresentado como proposta de flexibilização curricular e garantia de trajetórias formativas autônomas, mas esconde uma agenda voltada à mercantilização da educação. Também foram observadas experiências semelhantes em países latino-americanos, como Chile, Colômbia, Paraguai e Peru com efeitos negativos sobre a equidade e a qualidade social da formação. A pesquisa sugere que, embora o discurso oficial apresente termos como "eficiência" e "mobilidade estudantil", o modelo exhibe riscos de aprofundamento das desigualdades e despolitização da formação universitária.

Palavras-chave: Neoliberalismo; SACAU; Ensino Superior.

ABSTRACT

This ongoing research aims to analyze the influence of neoliberal logic on the creation and implementation advances of the Argentine System of Academic Credits in Universities (SACAU). The study is based on the assumption that the adoption of this policy is not limited to a technical innovation, but rather integrates a strategy for restructuring higher education according to the principles of New Public Management (NPM) and neoliberal rationality. The methodological procedures consist of bibliographic and documentary research, including the analysis of official documents from the Argentine government, scientific articles on the subject, and recent interviews with university professors. Preliminary results indicate that SACAU is presented as a proposal for curricular flexibility and the guarantee of autonomous learning pathways, but conceals an agenda oriented toward the commodification of education. Similar experiences have also been observed in Latin American countries such as Chile, Colombia, Paraguay, and Peru, with negative effects on equity and the social quality of training. The research suggests that, although the official discourse highlights terms such as "efficiency" and "student mobility," the model carries risks of deepening inequalities and depoliticizing university education.

Keywords: Neoliberalism; SACAU; Higher Education.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar a influência da lógica neoliberal na criação e nos avanços da implementação do *Sistema Argentino de Créditos Académicos Universitarios* (SACAU) nas universidades nacionais da Argentina. A adoção desse sistema, oficializada pela Res. n° 2598/2023, representa uma mudança profunda na estrutura curricular das universidades públicas do país.

As universidades nacionais da Argentina constituem um pilar central do sistema de educação superior do país, caracterizado pelo princípio da gratuidade, da autonomia universitária e do acesso universal, defendidos desde a Reforma Universitária de 1918. No entanto a gratuidade universitária, embora fosse uma das principais demandas do movimento estudantil reformista, foi instituída apenas nos finais do ano de 1949, por meio do Decreto n.º 29.337 que elimina o pagamento das taxas de matrícula e mensalidades dos cursos universitários.

O Estado argentino sustenta uma rede extensa de instituições de ensino superior públicas, localizadas em todas as regiões do território. Atualmente existem 60 universidades nacionais, que se distribuem desde grandes centros urbanos, como Buenos Aires, Córdoba, La Plata, Mendoza e Rosario, até cidades menores, como Corrientes, Resistencia, Salta, etc. ampliando as oportunidades de acesso à educação superior para diversos setores sociais.

Essas universidades desenvolvem de forma articulada atividades de docência, pesquisa e extensão, e são reconhecidas pela relevância na produção científica e na formação de profissionais em todas as áreas do conhecimento, ciências sociais e humanas, artes, economia, saúde, ciências naturais, ciências exatas, tecnologia, engenharias e educação física, entre outras. A interação com diferentes setores da sociedade, incluindo movimentos sociais, sindicatos, organizações comunitárias, empresas e governos locais, faz parte da identidade histórica dessas instituições.

A estrutura curricular vigente dos cursos de graduação está organizada majoritariamente em torno da carga horária docente e das disciplinas, definidas em planos de estudo fixos estabelecidos por cada universidade ou faculdade. Assim, o tempo de formação dos estudantes é determinado pelo número de horas/aula e anos de cursada previstos nas normativas acadêmicas, sendo uma lógica que reflete uma menor flexibilização, mas assegura a identidade institucional e disciplinar forte em cada curso.

Além disso, os cursos encontram-se estruturados por um conjunto pré-definido de disciplinas obrigatórias, algumas optativas e, em muitos casos, a exigência de trabalhos de conclusão de curso ou práticas profissionais, organizadas sequencialmente em ciclos ou níveis formativos (básico ou geral e de aprofundamento), dependendo da área. A certificação está vinculada diretamente ao cumprimento integral do plano de estudos. E embora existam experiências pontuais de reconhecimento de saberes e de equivalências entre universidades, o sistema como um todo não possui ainda um padrão nacional para a medição e a transferência de aprendizagens.

É nesse cenário que o *Sistema Argentino de Créditos Académicos Universitarios* (SACAU) se apresenta como uma reforma significativa, ele propõe a passagem de uma organização curricular baseada em horas/aula e planos de estudo fixos para um modelo de créditos acadêmicos que visa medir o “tempo de

trabalho total do estudante”. Alterando não apenas o formato técnico dos cursos, mas também a concepção da formação universitária historicamente defendida pelas universidades nacionais argentinas.

O SACAU é um sistema nacional, que será de aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2027, no qual estabelece que os currículos dos cursos universitários devem adotar o “[...] Crédito de Referencia del/la estudiante (CRE) como el valor organizador del diseño y rediseño de los planes de estudio” (Ministerio de Educación de la Nación. Res. n° 2598/2023). Tendo cada CRE o valor de 25 horas de trabalho total do estudante. Desse modo:

o CRE se define como la unidad de tiempo total de trabajo académico que dedican los estudiantes para alcanzar los objetivos formativos de cada una de las unidades y/o actividades curriculares que componen el plan de estudios. (Res. n° 2598/2023. Anexo)

Por conseguinte, o sistema propõe integrar às matrizes curriculares as horas de interação pedagógica com as horas de trabalho autônomo dos estudantes com o intuito de visibilizar a totalidade de tempo que implica cumprir com as obrigações do curso e obter o diploma.

Tal transformação toma força num contexto de consolidação de políticas públicas educacionais, neste caso universitárias, marcadas pela racionalidade neoliberal e baseadas em princípios da Nova Gestão Pública (NGP), como [...] “a fragmentação das burocracias e sua abertura às demandas e exigências dos usuários; a concorrência de atores públicos com o setor privado e a terceirização dos serviços” dentre outras. (Oliveira Andrade, 2015, p. 631) sendo um fenômeno que se manifesta na busca por eficiência, eficácia, padronização, foco na empregabilidade, etc.

Como propõe Freitas (2018, p.40), o programa “não implica uma retirada do Estado do âmbito dos serviços públicos, mas supõe repensar as funções governamentais da gestão destes serviços. [...] Seu propósito é destruir a “educação pública de gestão pública”.

Essa reforma vem da discussão no final do ano de 2023 de uma agenda de sete pontos para a *Nueva Universidad Argentina* (NUA). Apesar a implementação do sistema de créditos aqui discutido tem certas implicâncias com os primeiros cinco, os quais são:

1) Hacia la reconfiguración de las modalidades de enseñanza y aprendizaje: Educación híbrida, bimodal, virtual, remota; 2) Las propuestas académicas: revisión de la distancia entre la duración teórica y la duración real de las carreras. Horas máximas. Créditos académicos; 3) Las titulaciones intermedias, certificaciones, reconocimiento de competencias: algunas reflexiones en torno al reconocimiento.; 4) Hacia la reconsideración de la movilidad internacional: la movilidad inclusiva.; 5) El reconocimiento de la calidad en las carreras del artículo 42 (riesgo público) (Ministerio de Educación Argentina, 2021)

Deste modo, esta proposta política, embora apresentada como um avanço em direção à qualidade e à flexibilização do ensino superior, insere-se em um projeto ainda mais amplo, de mercantilização da educação e de reconfiguração da universidade como espaço funcional ao mercado de trabalho. Promovendo a formação individual, a concorrência e os valores da meritocracia.

É preciso destacar aqui que o termo de qualidade, como expõe Bertagna et al. (2020) deve ser compreendido como um conceito não estático, construído de forma dinâmica, conflituosa e sempre em

disputa, que depende dos aspectos históricos, interesses políticos, sociais e econômicos, assim como da incorporação de avanços das ciências, assumidos por quem a enuncia.

Também, Barroso (2005, p.741) aponta que na educação,

a influência das ideias neoliberais fez-se sentir quer por meio de múltiplas reformas estruturais, de dimensão e amplitude diferentes, destinadas a reduzir a intervenção do Estado na provisão e administração do serviço educativo, quer por meio de retóricas discursivas (dos políticos, dos peritos, dos meios de informação) de crítica ao serviço público estatal e de ‘encorajamento do mercado’.

É assim que, ao colocar no centro o tempo total de trabalho do estudante, deixando de lado a carga horária docente, a reforma redefine o modo de organização do currículo, estabelecendo correspondências entre saberes com base em critérios de tempo e produtividade. Esta perspectiva remete a modelos como o *European Credit Transfer and Accumulation System* (ECTS), amplamente difundido por agências internacionais como a OCDE, UNESCO e o Banco Mundial. No caso argentino, documentos recentes da *Asociación Nacional de Facultades de Humanidades e Educación* (ANFHE, 2023) e do *Consejo Interuniversitario Nacional* (CIN, 2023) expressam preocupações quanto à forma de implementação do SACAUI e às suas implicações acadêmicas e sociais.

Estudos sobre a implementação de sistemas de créditos em países da América Latina, como Chile, Colômbia, Paraguai e Peru, dentre outros; como por exemplo os de Garín e Acosta, (2021), Restrepo (2005) e Salit (2017), apontam que tais reformas têm promovido o estreitamento e a fragmentação curricular, o esvaziamento de conteúdos críticos e o fortalecimento da lógica individualista e competitiva nas trajetórias de formação. Ao mesmo tempo, a mobilidade estudantil e a internacionalização, frequentemente utilizadas como justificativas para tais reformas, se realizam de forma desigual e limitada. Salit (2017) já advertia, em perspectiva institucional, sobre os riscos de descontextualização das políticas de créditos acadêmicos e da perda de sentido pedagógico na formação universitária.

Com base nessa revisão, o SACAUI deve ser compreendido não apenas como uma proposta técnica de gestão curricular, mas como parte de uma estratégia mais ampla de reconfiguração e ajuste estrutural do papel da educação superior no contexto do capitalismo global contemporâneo.

Metodologia

Realizou-se uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental. Nesse sentido, foram analisados documentos normativos como a Resolução nº 2598/2023 do Ministerio de Educación argentino, a Resolução CE nº 1752/2023 do CIN e o documento técnico da *Asociación Nacional de Facultades de Humanidades e Educación* (ANFHE, 2023), além de entrevistas publicadas com docentes universitárias engajadas no debate sobre a reforma, como a concedida por Carolina Mamblona ao blog *Palestra Platense* (2025). A investigação também inclui o levantamento de experiências regionais em países latino-americanos que implementaram sistemas semelhantes, com ênfase nos efeitos sociais e pedagógicos. O

cruzamento dessas fontes permitiu construir uma análise do discurso oficial e das práticas institucionais que cercam o SACAUI, buscando compreender as contradições entre os objetivos declarados e os efeitos observados ou projetados da política.

Resultados preliminares

Os resultados preliminares indicam que o SACAUI é apresentado como uma ferramenta para facilitar a mobilidade estudantil, o reconhecimento de saberes para a aquisição de titulações intermédias, e a articulação entre distintas ofertas formativas. Contudo, ao adotar a lógica europeia dos créditos (ECTS), o sistema argentino acaba por inserir as universidades em uma dinâmica de padronização e mensuração da formação, com forte incentivo à eficácia, produtividade e empregabilidade.

A narrativa oficial valoriza a "autonomia do estudante", mas essa autonomia se traduz em responsabilização individual pela construção de trajetórias formativas alinhadas às demandas da sociedade capitalista. A educação é tratada como investimento pessoal, no circuito de uma formação utilitarista, tecnicista, em detrimento das dimensões da formação humana ou críticas do aprendizado. Assim, o discurso da qualidade encobre a reconfiguração da educação como serviço e a figura do estudante como cliente. Fica evidente aqui a visão empresarial, mercadológica da qualidade; quantificável e mensurável através de indicadores. (Bertagna, et al. 2020)

Por outro lado, Mamblona (2025, p.14) faz uma crítica à implantação deste sistema ao expor que

[...] en un contexto general de ajuste y endeudamiento, se busca reformar la universidad para que se adecue drásticamente al mercado laboral en vez de atacar las causas de la precarización y mejorar las condiciones de vida.

Ou seja, não se fomentam nem financiam mais e melhores programas e políticas de bem-estar estudantil que verdadeiramente ajudem e acompanhem aos/as estudantes no ingresso, permanência e conclusão dos seus cursos.

Além disso, a implementação do SACAUI também revela tensões internas nas universidades nacionais, sobretudo quanto à sua articulação com os currículos já consolidados, a resistência de setores docentes e a precarização das condições de trabalho e de formação. A descontextualização dos saberes, a fragmentação das disciplinas, fomento e adesão à pedagogia das competências são aspectos apontados como consequências diretas do modelo.

O documento da ANFHE (2023) alerta uma série de questões nodais para problematizar a implementação do SACAUI, destacando que a Res. nº 2598/23 parte de pressupostos não debatidos profundamente. Como por exemplo, a adoção do currículo de competências; o foco nas horas e no tempo de duração dos cursos e não na configuração epistemológica e pedagógica; a finalidade exposta (reduzir a distância entre a duração real e a duração teórica dos cursos de Educação Superior) que não coincide com as finalidades que tem em outros países que adotaram o sistema de créditos

(reconhecimento de trajetórias acadêmicas no contexto dos processos de nacionalização e internacionalização da educação.) No entanto, não resolve questões estruturais relacionadas à duração real dos cursos, nem considera adequadamente fatores socioeconômicos, epistemológicos e pedagógicos que impactam nas trajetórias acadêmicas dos sujeitos.

O documento também aponta sobre uma metodologia vertical e descontextualizada de implementação, que não reconhece as heterogeneidades disciplinares, político-ideológicas, pedagógicas-didáticas e institucionais. Deste modo resulta numa reforma que não modifica práticas reais, caracterizada por ser de “cima para baixo”, realizada por consultores, geralmente externos, e que não tem origem genuíno radicado numa proposta dos próprios universitários. (Salit, 2017)

A entrevista com Carolina Mamblona (2025) aponta que a reestruturação que se propõe com o programa NUA inclui também o *Sistema Integrado de Información Académica* (SIAC) e o Decreto 2099/23 (*Reglamento de Educación a Distancia*), que pretende ser implantada de maneira silenciosa e técnica, sem amplo debate público ou participação docente. A professora também observa que, embora o crédito acadêmico argentino ainda não represente cobrança direta, em outros contextos ele se vincula ao financiamento individual da formação, o que alerta para uma possível mercantilização futura. Também, ela denuncia a lógica individualizante e de controle do tempo estudantil que permeia os decretos de 2023.

Garín e Acosta (2021) expõem que no âmbito regional existem experiências similares com sistemas de créditos que foram promovidos com argumentos de qualidade, eficiência e modernização. É o caso da Colômbia com a implementação das *Unidades de Labor Académica* (ULAS); do Chile com o *Sistema de Créditos Transferibles* (SCT-Chile); de Paraguai e Peru com o *Sistema Nacional de Créditos Académicos*, dentre outros. A crítica destes autores é pertinente nesse ponto ao afirmar que a convergência regional baseada em sistemas de créditos tende a ignorar as assimetrias estruturais da América Latina e intensifica a desigualdade no acesso e na permanência no ensino superior, além de reforçar a lógica da mercantilização da educação.

Outros autores como Restrepo (2005), mostram que a adoção de créditos acadêmicos sem uma reflexão crítica e situada sobre os modelos pedagógicos e sociais pode acentuar desigualdades e enfraquecer os compromissos públicos das universidades. A tentativa de unificar critérios de certificação e tempo dos cursos frequentemente conduz a um esvaziamento epistemológico e à imposição de lógicas mercantis na formação.

Conclusão

Os dados analisados até o momento permitem levantar hipóteses relevantes sobre a influência da lógica neoliberal na implementação do SACA. A adoção de instrumentos técnicos aparentemente neutros, como os créditos acadêmicos, pode esconder profundas transformações na concepção de educação superior. Trata-se de uma política educacional vinculada a tendências globais de padronização

e mercantilização da educação superior, que se manifesta por meio da racionalidade neoliberal e dos dispositivos da NGP, centrada na empregabilidade, na concorrência e na eficiência, em detrimento de uma formação crítica, coletiva e comprometida com a transformação social.

A pesquisa, embora ainda em andamento, distingue que apesar dos discursos de modernização e qualidade, o SACAU representa uma inflexão preocupante no papel da universidade na sociedade argentina. Os documentos e autores consultados colocam em debate esses enunciados, evidenciando que os riscos associados à adoção de sistemas de créditos são reais e demandam maior problematização. Além de trazer à superfície que a implementação do sistema não considera suficientemente os desafios institucionais, pedagógicos e sociais envolvidos, ao mesmo tempo que exigem uma abordagem mais participativa e sustentada por políticas públicas e investimentos adequados.

Com a análise aqui proposta tenta-se resgatar o debate sobre a formação universitária como um processo coletivo, crítico e situado socialmente. A consolidação de modelos de educação superior voltados à justiça social e à emancipação exige resistências institucionais e epistemológicas que confrontem as soluções padronizadas universais e os consensos fabricados que sustentam essas reformas.

É necessário aprofundar a investigação e ampliar o debate público sobre essas reformas, fortalecer a participação das comunidades universitárias e reivindicar uma educação superior como bem público, direito social e instrumento de emancipação.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Ministerio de Educación Nacional. Res. n° 2598/2023. **Sistema Argentino de Créditos Académicos Universitarios** (SACAU). Buenos Aires. 2023. Disponível em: <https://www.boletinooficial.gob.ar/#!DetalleNorma/298713/20231121> Acesso em: 28 ago. 2025

ARGENTINA. Consejo Interuniversitario Nacional. (CIN) **Res. CE n° 1752/2023. Aportes para pensar la distancia entre la duración teórica y real de las carreras y el reconocimiento de trayectorias formativas.** Buenos Aires. 2023

ARGENTINA. Presidencia de la Nación. **Decreto n° 29.337.** 22 nov. Buenos Aires. 1949 Disponível em: <https://gratuidaduniversitaria.cin.edu.ar/attachments/article/15/decreto%2029337-1949.pdf> Acesso em: 28 ago. 2025

ASOCIACIÓN NACIONAL DE FACULTADES DE HUMANIDADES Y EDUCACIÓN (ANFHE). **La implementación del Sistema Argentino de Créditos Académicos Universitarios (SACAU).** Res. n° 2598/23 ME: Documento para la discusión. 2023. Disponível em: [anfhe20250325.pdf](https://www.anfhe.org.ar/2025/03/25/anfhe20250325.pdf) Acesso em: 3 jul. 2025

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 725–751, out. 2005.

BERTAGNA, R. H.; LEMES DE SORDI, M. R.; COSTA ALMEIDA, L.; DE SOUZA BITTENCOURT LARA, R. Avaliação da qualidade social da escola pública: delineamentos de uma proposta referenciada na formação humana. **Políticas Educativas – PolEd**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2020. <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolEd/article/view/107364/58282> Acesso em: 3 jul. 2025

FREITAS, L. C. **A Reforma Empresarial Da Educação:** Nova Direita, Velhas Ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GARÍN, Y.; ACOSTA, R. Los créditos académicos en un escenario hostil para la convergencia de los sistemas de educación superior en América Latina. **Revista REDALINT**. Vol 1, Número 2. oct. – nov. 2021. Disponível em: <https://revele.uncoma.edu.ar/index.php/redalint/article/view/3658/60680>. Acesso em: 14 jul. 2025.

MAMBLONA, C. El presupuesto no es la única lucha de la universidad. **Revista Tomar la posta**. Mar. 2025.

MAMBLONA, C. Nueva Universidad Argentina | Conversamos con Carolina Mamblona. **Palestra Platense**. 27 may. 2025. Disponível em: <https://palestralp.blogspot.com/2025/05/nueva-universidad-argentina-conversamos.html>. Acesso em: 3 jul. 2025.

FEDEACIÓN UNIVERSITARIA DE CÓRDOBA. **Manifiesto Liminar de la Reforma Universitaria Argentina**. 21 jun. 1918. Disponível em: <https://www.cultura.gob.ar/media/uploads/manifiesto-reforma-universitaria.pdf> Acesso em: 28 ago. 2025

NOGUEIRA RAMOS, M. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA ANDRADE, D. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Centro de Estudos Educação e Sociedade – Cedes**. Campinas, SP. v. 36, nº. 132, p. 625-646, jul.-set., 2015. Disponível em: scielo.br/j/es/a/NvQbjcqWFMxgRfLCTr3CLCJ/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 29 de ago. 2025

RESTREPO, J. M. El sistema de créditos académicos en la perspectiva colombiana y Mercosur: aproximaciones al modelo europeo. **Revista de la Educación Superior**, 34 (135), 131–152. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/resu/v34n135/0185-2760-resu-34-135-129.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SALIT, C. 2017. ¿Dar crédito al sistema de créditos? En: **VIII Encuentro Nacional y V Latinoamericano La Universidad como objeto de investigación**. Disponível em: <https://rdu.unc.edu.ar/server/api/core/bitstreams/03ab54cd-1b86-47e1-8d0f-b7703b4f28b5/content>. Acesso em: 14 jul. 2025.